



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 16/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

NOME/RAZÃO SOCIAL: SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES E DE LOJAS DE CONVENIÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SINDCOMB

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> agente econômico | <input checked="" type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação |
| <input type="checkbox"/> consumidor ou usuário | <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental |
| | <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor |

Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Art. 2	Acrescentar “preferencialmente” na seguinte ordem : alterar o teor do inciso I, pelo II e vice-versa.	Por se tratar de um sistema que no momento não permite o uso de suas funcionalidades por parte da pessoa jurídica e a razão maior é conferir a segurança jurídica nas Intimações.
Art.4	Acrescentar ao final do artigo “... desde que seja dado ciência ao agente econômico”.	Para total transparência ao agente econômico e em obediência aos Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório consagrados no artigo 5º, inciso LIV da Constituição Federal.
Art.6	Alterar a redação para “O autuado será citado para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do 1º dia útil seguinte da data de recebimento do auto de infração.	Para que fique claro o termo “a quo”, no 1º dia útil após ciência, conforme art. 13 do Decreto nº 2.953/1999.
Art.10	O autuado será informado sobre os atos administrativos realizados e intimado com antecedência mínima de cinco dias corridos, a contar do 1º dia útil seguinte da data de recebimento do auto de infração.	

Art.18	Inclusão de um parágrafo, assim o parágrafo único passará para primeiro e o parágrafo segundo terá a seguinte redação “A eventual majoração da multa por conta da capacidade econômica será levado em conta o Balanço Patrimonial da empresa.	A majoração da pena de multa deve ser graduada de acordo com a condição econômica do infrator e não com seu Capital Social, de vez que, o mesmo não reflete a atual condição econômica da empresa.
Art.19	Alteração da redação: “Para fins de agravamento da pena de multa, a autoridade julgadora deverá considerar como antecedentes apenas as condenações definitivas, ocorridas nos 5 (cinco) anos anteriores à data de conclusão da fase de instrução do processo em julgamento no exercício da mesma atividade	Necessidade da determinação do lapso temporal, conforme já previsto no art. 4º da Resolução nº 8/2012 ANP.
Art.21	Inclusão do §3º que terá a seguinte redação “o processo administrativo decorrendo do Auto de Infração anulado na forma do §1º não interrompe o prazo prescricional previsto no §1º do artigo 13 da Lei 9.847/1999”.	O agente econômico não poderá ser penalizado com afastamento da prescrição por conta do processo nulo e que não deu causa. Não ocorre interrupção do prazo prescricional em desfavor do autuado.
Art.34	Alterar de Unidade Organizacional para Unidade Institucional	Com finalidade de uniformizar o entendimento uno do Órgão Institucional em prol dos administrados. A ANP não deveria se submeter às suas próprias orientações? Causa insegurança jurídica o fato das orientações de julgamento vincularem apenas as decisões daquele setor que as elaborou. Se a idéia é uniformizar o entendimento, deveria ser da ANP como um todo, como instituição.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: consultaprocessosancionador@anp.gov.br ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.